

**PROCESSO** - A. I. Nº 130070.0047/04-7  
**RECORRENTE** - COMERCIAL BONFIM ROSÁRIO LTDA. (SANTA ROSA CASA & CONSTRUÇÃO)  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - PEDIDO DE DISPENSA DE MULTA – Acórdão 3º JF nº 0379-03/06  
**ORIGEM** - INFAZ ALAGOINHAS  
**INTERNET** - 15/02/2008

## CÂMARA SUPERIOR

### ACÓRDÃO CS Nº 0007-21/07

**EMENTA:** ICMS. DISPENSA DE MULTA. APLICAÇÃO DE EQUIDADE. A motivação apresentada pelo recorrente para o atendimento do seu pedido de dispensa de multa não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 1º, do art. 159, do RPAF/99, nem ficou comprovado o pagamento do principal e seus acréscimos. Pedido **NÃO CONHECIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

COMERCIAL BONFIM ROSARIO LTDA. recorre a esta egrégia CÂMARA, com fundamento no artigo 159, § 1º incisos I, II, III, e IV do RPAF/BA, requerendo dispensa de multa por infração de obrigação principal ao apelo da equidade, mediante exposição que se segue, textualmente:

- I. *“Tendo sido a empresa fundada em 18/09/1997, então de logo optante pelo regime de tributação simplificada intitulado SimBahia, imaginava não haver necessidade de recolhimento antecipado do ICMS em alguns produtos de sua mercantilização, a exemplo: Piso Cerâmico e Tintas, e, a posteriori, através da Lei nº 8.967/12/03, que instituiu a antecipação parcial a partir de março de 2004, esta última não ignorada pelo Contribuinte. Contudo, a primeira deixou de ser cumprida por total desconhecimento do funcionário responsável pelo departamento fiscal.”*
- II. *“Não houve má-fé, porquanto as demais obrigações foram pagas normalmente pela empresa.”*
- III. *“Há de ser também levado em consideração por parte desse Órgão, que um dos sócios fundadores, o Sr. José das Virgens Bomfim Neto, responsável pelo departamento Tributário, sofreu um sério acidente numa colisão de motocicleta, que o deixou num estado de inércia, desde 2005 até o momento não retornando às suas atividades e não havendo previsão de retorno. Conforme cópias de laudos médicos anexos.”*

Faz ainda outras considerações sobre esse fato e acrescenta que a empresa está situada numa das regiões mais pobres do Estado e do País, onde não há sequer uma indústria, a não ser as da seca e da fome.

Requer a dispensa da multa por infração da obrigação principal, ao apelo da equidade, com fundamento no art. 159 do RPAF.

A PGE/PROFIS, em seu Parecer, opina pelo não conhecimento do Pedido de Restituição de Multa, pois o mesmo não preenche o requisito previsto na norma regulamentar, § 2º do art. 159 do RPAF, ou seja, que sua formulação se dê em paralelo ao pagamento do principal e acessórios.

## VOTO

Adoto integralmente o opinativo da PGE/PROFIS, pois o art. 169 § 1º do RPAF é bastante claro e taxativo, ao determinar que compete à Câmara Superior julgar os pedidos de dispensa ou redução de multa por infração a obrigação principal, nos termos do art. 159, §2º do mesmo diploma legal,

desde que o pedido se faça acompanhar da comprovação do pagamento do principal e seus acessórios, o que não ocorreu no presente caso.

Em face do exposto, NÃO CONHECIMENTO do Pedido de Restituição de Multa, por ausência dos pressupostos de admissibilidade.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da Câmara Superior do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO CONHECER** o Pedido de Dispensa de Multa apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **130070.0047/04-7**, lavrado contra **COMERCIAL BONFIM ROSÁRIO LTDA. (SANTA ROSA CASA & CONSTRUÇÃO)**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$66.514,23**, acrescido das multas de 50% sobre R\$12.247,96, 60% sobre R\$28.366,23 e 70% sobre R\$25.900,04, previstas no art. 42, I, "b", II, "d" e III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 12 de dezembro de 2007.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

FAUZE MIDLEJ – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR – REPR. DA PGE/PROFIS